SÉRGIO DA SILVA PINTO

O PSEUDOPEDESTAL DO INFANTE D. HENRIQUE E O PROF. MAGALHÃES GODINHO

LIVRARIA FERNANDO MACHADO
Rua das Carmelitas, 15
PORTO

JBM
264

PORTO
1 9 6 0

70, Rua Nova do Almada, 74
Telefone 2 44 22
LISBOA

O PSEUDOPEDESTAL DO INFANTE D. HENRIQUE E O PROF. MAGALHÃES GODINHO

JBM264

000264

DO AUTOR:

INDIVIDUALIDADE ANTROPOGEOGRÁFICA DE PORTUGAL — Coimbra, *Biblos,* 1938.

FILÓSOFOS DE BRAGA — Braga, 1942.

A NATURALIDADE DE FRANCISCO SANCHES — ANÁLISE CRÍTICA DE UM NOVO DOCUMENTO — *Minia,* Fasc. 2.º, 1945.

A NATURALIDADE DE FRANCISCO SANCHES — Livraria Cruz, Braga, 1946.

O PRIMEIRO TRATADO DE ALIANÇA ANGLO-PORTUGUÊS — TRATADO DE TAGILDE DE 10 DE JULHO DE 1372 — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1948.

O BISPO DE BRAGA BALCÓNIO E A PRIMEIRA CONVERSÃO DOS SUEVOS — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1949.

ALFREDO PIMENTA — ESTUDO CRÍTICO DA SUA VIDA E DA SUA OBRA — Braga, 1950 (Prefácio a *Guerra Junqueiro,* de Alfredo Pimenta, Braga, 1950).

A IGREJA DE BRAGA NO REINO DOS SUEVOS — Tese apresentada no Congresso Internacional do XIV Centenário da Chegada de S. Martinho de Dume à Península, Braga, 1950.

BRAGA ET FRANCISCO SANCHES — Toulouse, 1951.

FRANCISCO SANCHES, ESTUDANTE EM BRAGA — *Revista Filosófica* n.º 3, Coimbra, 1951.

UM PROBLEMA NACIONAL E POLÍTICO: A UNIDADE DE PORTUGAL E AS RELAÇÕES ENTRE A METRÓPOLE E O ULTRAMAR — Tese apresentada ao III Congresso da União Nacional, Braga, 1951.

FRANCISCO SANCHES PORTUGUÊS — Comunicação apresentada em 11 de Novembro de 1951 na Sessão de encerramento do Congresso do VI Centenário de Francisco Sanches — Edições *Bracara Augusta,* 1952.

FRANCISCO SANCHES — VIDA E OBRA — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1952.

TRATADO DE TAGILDE DE 10 DE JULHO DE 1372 — Subsídio para a História das Relações Jurídico-Políticas Anglo-Portuguesas, *Scientia Iuridica,* Braga, 1952.

NO ANIVERSÁRIO FÚNEBRE DO DR. MANUEL MONTEIRO — Discurso, Braga, 1953.

GUIMARÃES BERÇO DA ALIANÇA — Guimarães, *Gil Vicente e Revista de Guimarães,* 1953.

REQUIÁRIO DE BRAGA — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1954.

EM LOUVOR DA GALIZA — Edições *Quatro Ventos,* Braga, 1955.

VASCO DOMINGUES — O PRIMEIRO NEGOCIADOR DA ALIANÇA ANGLO-PORTUGUESA — *Publicações da Associação Luso-Britânica do Minho,* Braga, 1956.

A PROPÓSITO DE PEDRO HISPANO — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1956.

BRAGA E A GALIZA — Edições *Bracara Augusta,* 1956.

A NECRÓPOLE DE S. VÍTOR-BRAGA (Séc. IX e X) — I — Estudo arqueológico — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1957.

O CARÁCTER COMPLEXO DA ELEIÇÃO DE 1385. DE COMO D. JOÃO I NÃO FOI NAS CORTES DE COIMBRA ESTRITAMENTE ELEITO — *Studium Generale,* Porto, 1958.

INDIVIDUALISMO E COLECTIVISMO NA GÉNESE DA NACIONALIDADE PORTUGUESA — Braga, *Bracara Augusta,* e *Independência,* 1958.

BRAGA NA HISTÓRIA — Elementos para o seu Estudo — Ed. da *Câmara Municipal de Braga,* 1959.

RESENHA HISTÓRICA DE BRAGA MEDIEVAL — Ed. do *Congresso Histórico de Portugal Medievo,* Braga, 1959.

O PROBLEMA DE S. PEDRO MÁRTIR 1.º BISPO DE BRAGA — Ed. da *Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal,* Braga, 1960.

AINDA O LENDÁRIO DE ALJUBARROTA — Sep. das *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos,* Porto, 1960.

SÉRGIO DA SILVA PINTO

O PSEUDOPEDESTAL DO INFANTE D. HENRIQUE E O PROF. MAGALHÃES GODINHO

LEGADO
Professor Doutor Jorge Borges de Macedo
UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

SEPARATA DO JORNAL
PRAÇA NOVA — N.os 1 E 2

PORTO
1 9 6 0

LEGADO
Professor Doutor Jorge Borges de Macedo
UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

Explicação

O presente estudo crítico, de teor histórico, originàriamente editado em PRAÇA NOVA, *jornal de cultura, (convém elucidar) é, quanto ao fundo, obra objectiva, obediente aos métodos científicos; só no que toca à forma, trabalho polémico ou de combate.*

Na essência dos juízos não teve outro alvo em mira senão o rigor, a exactidão positiva. Por isso, o texto se escraviza ao Documento. É firme o subsolo eurístico em que se alicerça. E suas conclusões ùnicamente emanam das fontes positivas.

Mas além da questão histórica em si, moveu-nos uma finalidade jornalística imediata: precaver a opinião pública contra o infiltramento do anti-henriquismo ou das suas teses nas celebrações centenárias do Infante e advertir os seus próprios autores do despautério e da absurdez dessa imiscuidade. Daí a linguagem enérgica, a linguagem vigorosa, a ferir lume.

A história é ciência, mas tem fronteiras. Os erros nela perpetrados podem atingir, de um só golpe, a verdade sem latitude nem longitude e o tesouro axiológico de um povo — o seu património moral. Estigmatizá-los, com palavras nuas e cruas, é obrigação de justiça. Sobretudo se tais erros se apresentam a mudar os sinais a uma homenagem, quer dizer, a tentar substituir os títulos não fingidos, que iluminam esplendente figura nacional e ecuménica, por uma falsa «plena humanidade» que toca a rachado e a diminui.

Em tal conjuntura, a virtude da serenidade olímpica, a indiferença sistemática, que possa traduzir tolerância ou beneplácito, não se torna benéfica à sensibilidade patriótica da república. A indignação não é defeito, mas antes demonstração de zelo quando, sem toldar a razão, se inflama na ofensa da ciência, notadamente se essa ciência é guardiã de valores humanos que exaltam uma pátria.

Em suma: o nosso texto, com ser mordente no estilo, para não deixar clorofórmizar as inteligências receptivas e exprobar erros e atitudes — sem nunca intentar magoar pessoas — caracteriza-se, no concernente à estrutura, por uma inflexível objectividade, timbre da historiografia positiva.

Existe, na verdade, uma «lenda infantista», na expressão de Duarte Leite, aliás corifeu-mor da lenda oposta. Embora a personalidade verídica do infante D. Henrique, por antonomásia o Navegador ou Descobridor, se agigante, objectivamente, no momento esplêndido da unificação do mundo pelos Descobrimentos, é exacto haver na historiografia da expansão humana uma corrente ou tendência incensadora do herói até ao hiperbolismo. Aludimos à tendência dos encomiastas sem medida, manifestada sobretudo nos sécs. XVIII e XIX, que contagia ainda autores da nossa época. O Príncipe de Sagres sobe, neste sector, ao Olimpo dos super-homens. O insigne Henri Major dirá que «(ao Infante) devemos o conhecimento de metade do globo — o globo circum-navegado e o Antárctico descoberto».

Deste pendor historiográfico, porém, não viria mal de maior ao mundo: *ad primum* porque o simbolismo e a mitificação inequìvocamente o informam (o cenáculo náutico de Sagres não tem mais valor do que um símbolo); *ad secundum* porque, a contrastar a feição literária enfática, algo paroxística, a par se desenvolveria uma teoria de estudos sérios, de índole positiva, a partir do Visconde de Santarém, tendo em mira o rigor histórico em torno do Infante, série de trabalhos eruditos que, sem excesso retórico, o enaltecem por conclusão inevitável e lhe fundamentam o panegírico.

Na extrema oposta, contudo, dentro da literatura infantina, defronta-se uma corrente desdenhadora, uma «escola negativista», assaz perigosa e nefasta porque, cheia de preconceitos, se mascara de fria e científica constatação de factos, a engorlar os incautos.

Constitui uma mescla de fingido rigorismo, de cepticismo apriorístico, de preconcebimento ideológico, que menoscaba D. Henrique, o desdoira sistemàticamente e o pretende «escoimar». «Escoimar o grande Infante», que despautério confessado!

O chefe principal, o mestre supremo da escola continua a ser Duarte Leite, sem embargo do seu trespasse da vida terrena. É sol que não se extingue. Historiador dos Descobrimentos de indiscutível apreço em vários estudos essenciais (v.g.: *Os Falsos Precursores de Álvares Cabral*) ele é o mago apoucador do Infante, toldado nos seus juízos interpretativos pelo sectarismo mais estreito. Doesta-o sem dó. Minimiza-o escandalosamente, a despeito de, uma que outra vez, o qualificar de «glorioso» e de «célebre». Considera-o pouco menos do que «repulsivo» — por ser leal ao seu rei — e pouco mais do que um obcecado religioso — por ter em espírito «o serviço de Deus» nas suas empresas. Deixou, a orbitar à sua volta, «astros» e «asteróides», os continuadores da escola.

Para a milícia anti-henriquina tudo

é falso na perspectiva histórica elogiadora do quinto filho de D. João I: falsa a austereza dos costumes, até à castidade perene — impugnada desde o Sr. José de Bragança ao Sr. Professor Vitorino Magalhães Godinho; falsa a sua cultura e os seus interesses geográficos (Duarte Leite chama-lhe «ignorante»); falso o seu cruzadismo (um absurdo...); falso o seu plano de navegação até às Índias (outro absurdo...). Verdade só a redução dos feitos do Infante à exploração geográfica, *sub specie economica*, até à Serra Leoa, e isto mesmo de parçaria com o infante D. Pedro e rotulado de «pirataria evangelizadora».

Veiga Simões chega ao cúmulo de afirmar que D. Henrique «homem da velha Meia Idade, amando-a, visionando o regresso a ela, foi... sem querer (*sem querer*, repare-se) um dos maiores construtores do mundo». Um herói à força, que pilhéria!

Na opinião da escola só outro infante teria mérito histórico: o infante D. Pedro. Não como «regente», mas como «regido». Regido pela burguesia triunfante, «pelo caudaloso movimento colectivo».

A escola possui um «magister» vivo, o Sr. Prof. Godinho. Ensina-nos isto: «A grande força impulsionadora dos Descobrimentos foi a regência de D. Pedro, o período do triunfo político da burguesia, e não uma grande personalidade». Não uma grande personalidade, mas sim uma regência, uma espécie de marafona talvez de barrete frígio.

O Infante de Sagres? «Nada o eleva acima do comum».

O Infante de Sagres? «Longe de estar absorto em descobrir novas terras, consagrava seus cabedais à guerra de corso» (igual a pirataria).

O Infante de Sagres? «Animava-o» — além do «serviço de Deus» e da conversão dos cativos que ele «desgraçava» — «a cobiça e o desejo de acrescentamento de seu estado».

A história interpretativa (o Sr. Professor Godinho é um interpretativo na história) tem este risco fundamental: permite que o espírito flutue, boie, fàcilmente, ao sabor dos apriorismos, se não escrupuliza em subordinar a teoria aos factos e aos documentos.

É assim que, no sentir da escola diminuidora do Infante, nada ou quase nada valem as grandes biografias. Só importa ou quase só importa o elemento colectivo, moldado pelas infrastruturas económicas e geográficas. Voga-se como que nas águas do materialismo dialéctico. Oblitera-se o binómio da história: a inter-relação dos factores espontâneos, de ordem económico-geográfica e étnica e as iniciativas das personalidades notáveis. Olvida-se o aviso de Ranke: «as grandes figuras» é que «tornam efectivas as tendências dominantes». Só conta (o Sr. Prof. Godinho o imagina) o «caudaloso movimento colectivo».

Não nos interessa, neste momento, discutir, directamente, o unilateralismo da escola. Muito haveria em tal capítulo a referir. Por agora só nos interessa denunciar a posição dúbia — íamos a dizer traiçoeira — da falange anti-henriquina, perante as comemorações centenárias do Infante. Denunciá-la. Ou pedir que nos expliquem o fundamento dessa posição dúbia, incompreensível, se não traiçoeira.

Querem os amesquinhadores do Infante introduzir-se, alinhar nas fileiras dos convictos solenizadores do herói, nesta hora alta de glorificação e de justiça. Não se retratam, porém. Apontam-nos, ao invés, o mestre supremo da escola, Duarte Leite, como henriquino autêntico, henriquino de gema.

O Sr. Prof. Godinho, o discípulo dilecto do imorredouro chefe, o aluno *(alumnus)* na acepção etimológica mais pura de *alimentado* e, sem dúvida e por direito de conquista, o «magister» vivo da escola, no 1.º vol. da compendiação dos escritos do mestre, que ele dirige e anota, sob a epígrafe *História dos Descobrimentos*, escreve estas clarificadoras palavras: «No momento em que Portugal se prepara para celebrar o centenário da morte do infante D. Henrique esta colectânea sistemática constituirá uma das melhores homenagens. Porque tendo-o despido dos falsos ouropéis... Duarte Leite, como Veiga Simões..., restitui ao Infante a sua plena humanidade,... pedestal da sua real grandeza».

Observe-se: falsos ouropéis que revestiam o Infante. Nem sequer ouropéis, isto é, latão a imitar ouro, mas sim falso latão. Observe-se ainda a sociedade «Duarte Leite & Veiga Simões» a restituir ao Infante a sua plena humanidade, o seu pedestal de grandeza. Tanto desaforo torna-se, quando menos, facécia.

Por Deus. A escola achincalhadora do Infante seja francamente o que é. Aparecer, à última da hora, como henriquina de primeira água, ou é burla ou desconchavo. Acinte ou cinismo. Seria risível se não confrangesse. Se não é o que parece — profanação ou perfídia — diga-se com o P.e Sena Freitas: «que melhor faria se o fora?».

Não há «plena humanidade», não há «pedestal de grandeza» — e não existe sobretudo «verdade» (até que nos provem o contrário) ao considerar-se o Infante apenas (ou quase) um rancoroso vulto movido pelo ódio religioso e pelas compensações materiais às flibustarias da Mauritânia e às rapinas e escravizações da Guiné. Inculto na geografia e nas ciências conexas, sem nunca ter planeado rodear a África para encontrar a Índia. Cobiçoso certamente — não de proveitos espirituais para a Cristandade, políticos para a soberania nacional e científicos para a ilustração humana — mas sim de rendimentos e riquezas por meio de concessões e monopólios, a proteger suas actividades de mercador ou de pirata. Ávido de bens materiais, incluindo comendas de Cristo para a sua prole ilegítima — um comediante que se reputou de abstémio e de casto até à morte!

Será isto o em que consiste a homenagem ao Infante *signée* Duarte Leite? Será isto o tal pedestal de grandeza? A tal plena humanidade?

Não! Sejam os diminuidores do Infante o que são — diminuidores do Infante. Não se façam infantistas! Cavalos de Tróia, a história positiva não os tolera.

Dói-nos a acidez destas palavras. Especialmente por atingirem um morto. Mas quem o trouxe à dança não fomos nós.

Atingem também um vivo. O sucessor mais representativo de Duarte Leite, o Sr. Prof. Godinho. Não é que lhe queiramos mal. Seus avariados juízos históricos nem sequer nos incomodariam se não fossem perniciosos junto dos impreparados e desprevenidos. Não tocamos, é óbvio, na dignidade da sua pessoa. Mas reclamamos, na posse de um direito e de um dever cívico, contra a indignidade que representa, para a escola e para os membros dela como tais, mostrarem-se homenageadores de uma alta figura universal que intimamente aborrecem.

Cabe-nos, na nossa modéstia, pedir aos responsáveis — e o primeiro deles é o Sr. Prof. Godinho — a justificação da singular, da estranha homenagem que prestam ao Infante.

Limitar-nos-emos a três teses da escola anti-infantista, pois o espaço

concedido para este artigo é naturalmente limitado.

§ 1.º — *A «ignorância» do Infante*

«Pertence à lenda henriquina a ideia da vasta cultura de D. Henrique...» — ensina o Sr. Prof. Godinho. E deixa passar, sem o mais leve reparo no 1.º vol. publicado da colectânea dos escritos do mestre, que ele cuidadosamente anota, tudo o que lá se acha sobre a ignorância do Infante, em geografia, matemática e astronomia. Ignorância e alheamento.

Quererá o Sr. Prof. Godinho, neste Centenário do Infante, dar-nos a honra de demonstrar esta doutrina? E dizer-nos onde reside nela «o pedestal da real grandeza do Infante»?

Nós, evidentemente, julgamos (como Alfredo Pimenta um dia observou) que o Infante não conhecia as teorias da relatividade e os planos da pangeometria. Mas a sua ciência, vasta para o tempo, de homem culto e interessado nas matérias em discussão (geografia, matemática e astronomia) não teria sido realmente percebida pelos contemporâneos e fixada pelos quase contemporâneos? Será exacto (como afirma Duarte Leite) que nenhuma fonte até meados do séc. XVI lhe confere cultura científica?

Vamos pianinho.

Cadamosto, que bem o conheceu, parece, de facto, não haver dele dito que «podia ser louvado pelos seus estudos do curso do céu e da astrologia». Duarte Leite notou que este passo, inscrito na edição quinhentista de Ramúsio, não existe noutras edições anteriores. Em todo o caso, nos textos mais antigos, lá se afirma a sua erudição geográfica, colhida de homens práticos em coisas de África e que ele «soube dar-lhe — ao próprio Cadamosto — informações para além do reino do Senegal e sobre o reino chamado Gâmbia».

Competência geográfica, portanto. E a erudição derivada dos livros? Não nos informou Diogo Gomes, familiar de D. Henrique e seu navegador, que ele desejava conhecer as regiões afastadas do Oceano Ocidental a fim de verificar se existiam ilhas ou terra firme «além da descrição de Ptolomeu»?

O descuido do Infante pela cultura geográfica do seu tempo é, simplesmente, de gritos. Um cúmulo. Um absurdo lhe chama, com justeza, Jaime Cortesão. Ou não será? No tocante às ciências conexas (a matemática e a astronomia necessàriamente) como infirmar o testemunho de Frei André do Prado, homem douto das relações de D. Henrique? O coevo franciscano nos testifica: «no seu amor às ciências (o Infante) poderá servir de modelo aos príncipes e aos povos... sondando o curso dos astros, descobrindo terras...».

Como se pode ser modelo, para os príncipes e para os povos, no amor à cultura científica, «sondando o curso dos astros, descobrindo terras», sem notável instrução, para a época, nessas matérias?

«O Infante era digno de grande louvor pelo *seu saber*». Como explica o Sr. Prof. Godinho esta frase de Duarte Pacheco Pereira, o insigne roteirista e cosmógrafo ainda contemporâneo de D. Henrique? Em que nos havemos de basear para não vincular esse *seu saber* (do Infante) naquelas disciplinas do espírito que mais interessavam a um e a outro: ao Príncipe Descobridor e ao autor do *Esmeraldo de Situ Orbis*?

Porque não estaria òptimamente informado João de Barros, tão próximo da época henriquina, quando se refere ao Infante deste modo:

«...ácerca das (letras) humanas era muito estudioso... principalmente da cosmografia...»?

E os competentes nas ciências indispensáveis à navegação oceânica de que D. Henrique se rodeava — os seus físicos-astrólogos e os seus cartógrafos, como o famoso Jácome de Maiorca que ele contratou nas Baleares — não manifestam porventura as inclinações intelectuais e o âmbito científico da cultura infantina?

No entanto, para a escola que o diminui, ele há-de ser fatalmente inculto, ignorante, pouco mais que analfabeto. Porquê? Ou melhor: para quê? Para salvar a tese anti-henriquina de que o Príncipe Navegador jamais pensou em chegar à Índia pela África? Mas essa tese — depois das conclusões de Bensaúde e Alfredo Pimenta, de Damião Peres e Jaime Cortezão, não tem nenhuma consistência nem valor.

O Sr. Prof. Godinho, por outras palavras, repete ainda a lição de Duarte Leite: o que interessava ao Infante era a religiosidade, a teologia, e não o saber científico, o *quadrivium*, porque só àquela cadeira universitária é que concedeu dotações.

Quer dizer: numa altura em que, muito a sério, nas esferas cultas, se pondera a conveniência pedagógica e cultural de completar os quadros universitários pela reintegração, na sua orgânica, da teologia, como grau supremo do saber, é que um intelectual português, a fim de apoucar, de minimizar os interesses científicos do Infante, nos vem contrapor o conhecimento teológico aos demais conhecimentos. É fantástico!, inaudito! Aliás, a conclusão não se acha, de modo nenhum, contida na premissa apresentada: a dotação da teologia e a não dotação do *quadrivium*. Obnubilam-se outras premissas.

Foi ele e não outro Infante — oh Céus, que incongruência para o seu *teologismo!* — quem, como protector da Universidade, lhe preencheu o quadro docente, acrescentando-lhe o *quadrivium* ao *trivium*, as *artes reales* às *sermocinales*, o ensino das ciências ao das letras. Foi ele o criador das cadeiras de aritmética, geometria e astronomia. Insuflou à Universidade, com o estabelecimento das *artes reales*, o pendor para a cultura científica e laica necessárias à arte de navegar no mar largo.

Hoje que as Universidades portuguesas se ufanam de o Infante ter sido «o protector dos estudos de Portugal» — um protector activo e fecundo — é incrível que ainda se insinue, sem dados apodícticos, a sua ignorância ou o seu alheamento dos conhecimentos exactos. Porquê? Para quê?

§ 2.º — *O corsarismo e a pirataria henriquinas*

Tudo ou quase tudo na obra do Infante e dos seus capitães se cifra em pirataria ou comércio. O rancor religioso ajuda, mas como factor secundário.

Incursões às paragens da Mauritânia, navegações às Canárias, viagens ao longo da África atlântica constituem, fundamentalmente, empresas de flibusteiros — «acções semiguerreiras, semi-económicas».

Gesta heróica, abnegada? Uma conversa.

O «móbil» — ensina o Sr. Prof. Godinho — é a «cobiça», ainda que «por subtil lógica afectiva» se mostre «como desejo de servir outrem». Numa palavra: o serviço de Deus, o serviço da nação — uma hipocrisia porventura inadvertida. O infante D. Henrique denuncia-se «um espírito pouco refle-

xivo, talvez grosseiro» — o Prof. Magalhães Godinho *dixit* —, por isso a sua hipocrisia (a do Infante, claro é) nem sequer seria plenamente consciente.

O certo é que quase tudo, se não tudo, nas iniciativas henriquinas, se reduz a chatinagem — chatinagem «cristã», chatinagem «evangelizadora». Combates com os indígenas, morticínios, rapinas, escravaturas. Inter-relacionado, o tráfico, que só mais tarde se estabiliza. Eis no que se converte a «pomposa gesta» rotulada pelo Visconde de Santarém de «descobrimentos e conquistas». O Visconde de Santarém, um parvo.

O Sr. Prof. Godinho faz-se, ainda, teólogo e adverte-nos de que, na expansão ultramarina, há duas concepções de cristianismo: uma que é «compreensão e tolerância», e traduz autênticamente a ideia de humanidade não a vergando às conveniências de nenhum credo; e outra que é «estreiteza de compreensão» e se confina às limitações resultantes da unanimidade de crença. Nesta última posição ele coloca o Infante: o proselitismo, a salvação das almas legitima, a essa cruenta luz, a pirataria, a escravização. O cristianismo henriquino é, assim, um cristianismo estreito; opõe-se à plena humanidade.

Desculpe-nos o «magister» vivo. Mas as suas asserções não são juízos históricos. Modelam-se pelos seus preconceitos. Confunde tudo.

Não distingue «pirataria» e «guerra de corso». São dois conceitos essencialmente diversos. O «pirata» — quem o ignora? —, é o ladrão do mar, sem lei e sem peias; não se subordina a nenhum estado, a nenhuma causa, além da própria ambição; suas depredações e rapinas indistintamente as realiza contra qualquer navio ou litoral. Situa-se fora das leis de todas as nações. É o «inimigo comum», na frase de Cícero. Com que direito, pois, se inclui o infante D. Henrique na compreensão deste conceito? Com que fundamento se intercala, nas notas inteligíveis de forbantaria, a da expansão da fé? Não! Pirataria e evangelização são termos antinómicos.

Navio corsário, por outro lado, é especificamente aquele que faz guerra a embarcações e a terras do inimigo da sua nação, autorizado ou por ordem do seu governo. Foi um dos aspectos, apenas, mas em que se revela nobreza, da actividade marítima nacional, na época henriquina. Não se nega que, a espaços, houvesse algum acto de pirata, entre o corsarismo. Delinquentes existem em todos os tempos e lugares. O que se nega é a legitimidade de se identificar preceitos de conduta com as «cousas que se não devem» verberadas nas Cortes de Lisboa de 1446. O que se nega é o direito de se escrever, sem pejo, que «quando... lemos nas Crónicas que se armaram navios para a guerra contra os Mouros, guardemo-nos de julgar que se trata de acções de cruzada: é simples expedição de piratas, que pode desviar muito bem — muito bem! que graça! — o seu objectivo para barcos cristãos».

O «magister» vivo não distingue também a chatinagem como objectivo e a conquista como meio para levar a efeito os descobrimentos e a evangelização. Jaime Cortesão, sem se solidarizar com campanhas odiosas, pode dizer-lhe que «conquistas e descobrimentos são... actos complementares». O Visconde de Santarém não era parvo nenhum.

Lamentamos que o dilecto aluno de Duarte Leite se meta em cavalarias altas, em definições teológicas de que nada entende. Ignora o que é essencial no Cristianismo. Ignora onde está a

sua plena humanidade. É na unidade da Crença; é na certeza da inerrância; é no proselitismo por amor fraterno, universal; é na imolação de Cristo, na salvação das almas que valem o sangue de Deus. Um cristianismo que minimize a unanimidade do Credo, o afã da evangelização, de harmonia com as circunstâncias e o espírito do século, sobrepondo-lhes o sentimento de compaixão desorbitado do seu verdadeiro sentido — a eternidade do homem com Deus — é um cristianismo de pacotilha. O cristianismo da teologia do Sr. Prof. Godinho. Querer ainda que o infante D. Pedro, em discordância com o infante D. Henrique, embarcasse em tal, deve-se de certeza a uma vertigem indocumentada.

Em suma. Continuaremos a considerar, à luz de todas as fontes narrativas e diplomáticas, as façanhas, que o Infante dirigiu, um rosário luminoso de epopeia e drama épico, visando a dilatação da fé, da soberania nacional e da cultura. As compensações materiais foram ou factor instrumental ou então causa final de segundo plano.

Entre o pensar actual do Sr. Professor Godinho, impregnado do materialismo hodierno, e o pensar quatrocentista de Nicolau V, na bula *Pontifex Romanus,* de 1454, ninguém se espantará se nos fiarmos neste. O Pontífice, ao confirmar solenemente a D. Henrique o monopólio das terras conquistadas e a conquistar, além dos cabos Não e Bojador, chama-lhe: «...intrépido atleta e soldado de Cristo... que há vinte e cinco anos envia suas caravelas através de mares nunca da memória humana sulcados...». Não o apelida de «ladrão do mar», mas sim de «atleta e soldado de Cristo».

§ 3.º — *A castidade do Infante*

Não se mostra flibusteiro apenas o autêntico ladrão do mar. Moralmente também o é aquele que rouba ou ofende, sem dados suficientes, a reputação alheia, mormente na história.

A história é um tribunal delicadíssimo porque as figuras históricas não são ouvidas, não se podem defender directamente. É justo apear seja quem for de um pedestal que lhe não pertença, mas só com provas seguras. Toda a cautela é pouca, todo o escrúpulo exigível, particularmente em história. Uma asserção leviana, isto é, sem base séria, neste capítulo, é uma iniquidade evidente. Pirataria iniludível.

Os demolidores do Infante tinham já certamente ultrapassado as raias do lícito ao classificá-lo de pirata, ou talvez melhor, de pirataria as suas empresas. Mas atingiram, se não erramos muito, a abominação ao apodá-lo, sem verdade nenhuma, de um pseudovirtuoso, ao invés da reputação histórica, que ele usufruía, de abstémio e virgem — «místico da acção», que não conheceu, até à morte, mulher nenhuma.

A atitude da escola anti-infantista tem uma explicação: «a pureza (de D. Henrique) o tornaria eleito de Deus», integrá-lo-ia na «política ideológica do imperialismo, ao lado do espírito de cruzada» — adverte o Sr. Prof. Godinho. E tal ideia é absurda, pertence à lenda henriquina.

O Infante casto? O Infante virgem? Pode lá ser. Que tontice! Que pataratice imprópria do século freudiano! De certo que D. Henrique deu topada no sexto mandamento, porque senão ele seria «eleito de Deus» e a camoniana «dilatação da fé e do império» haveria sido um facto. Os *Lusíadas* justificavam-se.

Não importa que os textos verídicos de testemunhos coevos e convergentes o afirmem casto e virgem: «o qual Senhor Infante até à sua morte foi virgem» (Diogo Gomes), «viveu sempre tão virtuoso e castamente que nunca conheceu mulher» (Duarte Pacheco), «nunca se casou, mantendo-se em grande castidade» (Cadamosto). Não importa. Surgirá um «documento» a invalidar as fontes.

Que «documento» é esse? Ora veja e julgue o leitor.

Um dia, o ilustre jesuíta e notável historiador Domingos Maurício Gomes dos Santos, em conversa casual e passageira, contara a José de Bragança possuir a vaga reminiscência de haver visto, na Biblioteca Vaticana, no ficheiro do cardeal Garampi, um verbete em que um certo, um indeterminado D. Henrique impetrava a legitimação de uma filha natural.

Foi a explosão. O rastilho e a explosão.

Eurekal Cá está: «o Infante D. Henrique incorreu no pecado da carne, que os teólogos aviltam em coro, mas por vezes praticam a ocultas».

O hipotético verbete do ficheiro do cardeal Garampi — *Carampi,* dizem eles, *Caramba,* dizemos nós — relativo a um D. Henrique qualquer, transforma-se, por milagre do Diabo, por arte mágica, num achado concreto, numa «prova decisiva» da não virgindade do Infante.

Em 1937, na introdução da sua edição da *Crónica da Guiné* de Zurara, José de Bragança anuncia a descoberta; ela é recebida e glosada jubilosamente por Duarte Leite em 1939, n'«O Primeiro de Janeiro», e, em 1941, em *Coisas de Vária História.*

É espantoso, inconcebível o que se proclama: a filha natural do infante D. Henrique é coisa certa, favas contadas; o Infante até pedira ao Papa uma comenda de Cristo para ela. Coisa certa, favas contadas, pois «não a rectificou quem desencantou o documento». Coisa certa, favas contadas, pois «o erudito jesuíta não desmente», insiste Duarte Leite, em 1950, na «Seara Nova».

Realmente o Rev. P.e Domingos Maurício não rectificara, não desmentira, porque nada tinha a rectificar, a desmentir. Ele nunca afirmara que tinha desencantado qualquer documento, na Biblioteca Vaticana, a consignar aquelas coisas. Aludira só a uma reminiscência, a um verbete, a um não identificado D. Henrique. Porém, com toda a probidade, logo em 1938, na *Brotéria,* esclarecera a sua fala, naquela célebre conversa casual e passageira. Ninguém possuía o direito de converter uma «dubitativa reminiscência» numa asserção peremptória. Censurava, por isso, a ligeireza com que se fazia história.

O Sr. Prof. Godinho edita, em fins de 1959, os trabalhos de Duarte Leite; comenta-os; anota-os. Silêncio sepulcral quanto ao esclarecimento honesto do insigne jesuíta.

Que admira, se ele próprio, em 1956, no 3.º tomo dos *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* escrevera também isto: «É fortemente improvável que o Infante se conservasse virgem toda a vida e é-o à face do documento encontrado pelo P.e Domingos Maurício Gomes dos Santos no Vaticano, à volta do qual se fez silêncio significativo e que parece já lá não se encontrar».

O leitor leu? O leitor reparou? Um documento (!), que o P.e Maurício encontrou no Vaticano (!!). Dele fez-se silêncio significativo (!). E parece que levou sumiço (!!). Um pio latrocínio, talvez.

O Sr. Prof. Godinho, releve-nos a impertinência de o sublinhar, tinha

obrigação estrita de conhecer o esclarecimento do P.e Maurício Gomes dos Santos, já de 1938, e de o considerar; e tinha igualmente obrigação estrita, como historiador dos Descobrimentos que é, de conhecer (e certamente que conhece...) a obra fundamental para o assunto de D. Ch. de Witte: *Les bulles... et l'expansion portugaise au XV siècle.* Pois bem: lá, com todas as letras, se explica que o autor fez uma investigação pessoal no ficheiro do Cardeal Garampi na parte referente a Portugal (Vol. 83, fl. 151 a 189) e verificou a inexistência, nessas folhas, todas seguidinhas, que não levaram sumiço nenhum, de qualquer menção a uma filha natural do Príncipe Navegador.

É tempo de terminar. Outros temas da escola anti-infantista se poderiam descarnar. Impossível, porém, num só artigo tocar em todos, com que se pretende, paradoxalmente, homenagear o Infante.

Uma dessas teses, sem dúvida a mais assombrosa, temos pena de a não podermos abordar em separado. Referimo-nos à pretensa superioridade do Infante D. Pedro em relação ao Infante D. Henrique, na génese, na iniciativa e na direcção da expansão. Mas ela daria matéria para um estudo inteiro.

É o próprio D. Pedro, diga-se de passagem, a desmentir absolutamente os apoucadores do irmão, a pô-los pela rua da amargura, na carta régia de 22 de Outubro de 1443, quando o Príncipe das Sete Partidas exercia a regência: «fazemos saber como o infante D. Henrique... entendendo que fazia serviço a Nosso Senhor Deus e a nós, se meteu a mandar seus navios a saber parte da terra que era além do cabo Bojador...». Vale por dizer: «Não fui eu, srs. anti-henriquinos do séc. XX; foi ele...». «Eu, quando muito, fui um imitador, como lhes ensina Damião Peres; um conquistado à causa de D. Henrique, como lhes adverte Sousa Costa».

De feito, se houve contraste entre os dois infantes, verificou-se apenas na fidelidade à realeza, que encarnava a unidade da nação. O de Sagres, fiel ao seu rei. O de Alfarrobeira, infiel. O infante D. Henrique tem a irrefragável glória de inaugurar, na história, uma nova idade e de realçar o «homo economicus», sem quebrar a hierarquia dos valores da mundividência cristã.

Não nos incomodariam, em si, as teses do Sr. Prof. Godinho e da sua escola. Desejamos sèriamente respeitar-lhe a dignidade da pessoa. Se alguma palavra há neste artigo que a possa melindrar, no respeito devido, nós a retiramos e a damos por não expressa. O que nós queremos, ùnicamente, é que ele não alinhe sem retratação entre os que, com verdade e justiça, neste aniversário multissecular, solenizam o grande Infante. Seria absurdo que o Sr. Prof. Godinho viesse a escrever um livro editado pela Comissão Executiva das Comemorações sem essa retratação franca e leal.

Porto, 31-3-1960.

Imprensa Portuguesa ★ Rua Formosa, 108-116 ★ Porto